

RUMO À REVOLUÇÃO

Os Meses Finais do
Estado Novo

José Matos · Zélia Oliveira

NÃO-FICÇÃO · HISTÓRIA

ÍNDICE

Introdução	9
CAPÍTULO 1	
Portugal e o Futuro	15
O livro da revolução	19
Os capitães conspiram	31
Agitação no meio militar	34
Caetano demissionário	38
CAPÍTULO 2	
Caminhos tortuosos	43
O pedido americano	44
Em busca de mísseis	47
Uma questão de vida ou de morte	49
Kissinger em Lisboa	52
A desilusão	56
A central nuclear	58
CAPÍTULO 3	
A situação nas colónias	63
Costa Gomes em Moçambique	64
Falta de oficiais	67
O problema da Guiné	72

A declaração de independência	79
Operação STOP	86

CAPÍTULO 4

O nascimento do MFA.	89
Encenação na Assembleia Nacional	92
MFA clarifica posições	102
Um acordo que nunca existiu	105
Transferências compulsivas	108
Rapto e sequestro	110

CAPÍTULO 5

Vencer ou ser vencido.	113
Ministros já não controlam departamentos.	116
A brigada do reumático	123
Remodelação no Governo.	126
Revolta nas Caldas	132
Incredulidade na oposição e invencibilidade para Washington	147
Acalmia na metrópole	150
Missão a Londres	155
A última conversa em família	163

CAPÍTULO 6

Um golpe fulminante	167
Apanhados de surpresa	171
Os sinais da rádio	174
A visão francesa.	180
O último Conselho de Ministros	184
A noite mais longa	187
Para o poder não cair na rua.	198
A tomada da PIDE/DGS	203

Notas	205
------------------------	-----

Fontes e bibliografia	237
--	-----

INTRODUÇÃO

Em 25 de Abril de 1974, um movimento de jovens capitães fez cair, sem praticamente resistência, o regime ditatorial que se perpetuava no poder há mais de 40 anos em Portugal. Na madrugada desse dia, um movimento militar desencadeou uma série de operações que, em menos de 24 horas, venceram as forças leais ao regime, neutralizando qualquer possibilidade de reacção. Poucas forças resistiram aos revoltosos, a única resistência digna de registo veio da polícia política, que, no calor da revolução, abriu fogo sobre a multidão que a cercava, provocando quatro mortos. Nas ruas de Lisboa, o povo aderiu de forma entusiástica à revolta militar e começou a oferecer comida, bebidas e cravos vermelhos aos soldados, que decidiram enfiá-los nos canos das espingardas, ficando a revolta conhecida como a Revolução dos Cravos. Embora tenha começado com um golpe de Estado militar, o 25 de Abril abriu o caminho para a democracia, não tendo comparação possível com outras revoluções similares. Foi também um acontecimento ímpar no contexto europeu da época que quebrou o isolamento de Portugal e o aproximou das restantes democracias ocidentais.

A ditadura portuguesa tinha começado em 1933 com António de Oliveira Salazar e a fundação do chamado Estado Novo. Salazar governou o país até 1968, ano em que teve de deixar o poder por motivos de doença. O velho ditador não tinha designado um sucessor, o que levou o presidente da República, o almirante Américo Thomaz, a ter de escolher alguém para o lugar de Salazar. Thomaz acabou por escolher Marcello Caetano, uma das figuras mais proeminentes do Estado Novo, que tinha

sido ministro de Salazar nos anos 40 e 50 e que era visto como o candidato mais forte à sucessão do ditador. O novo presidente do Conselho de Ministros tomou posse do executivo em Setembro de 1968 e recebeu como herança uma guerra nos territórios portugueses em África que consumia cada vez mais recursos à nação. A guerra tinha começado em Angola em 1961, surgindo, depois disso, também na Guiné e em Moçambique, e Portugal insistia em manter as suas possessões africanas, enfrentando as forças de guerrilha que tentavam expulsar os portugueses.

No entanto, o prolongamento da guerra começou a criar dificuldades ao regime, que começou a ter falta de oficiais de carreira para comandar as tropas em África. O problema levou o ministro da Defesa e do Exército, Viana Rebelo, a tentar facilitar o acesso dos oficiais milicianos (que não eram oficiais de carreira) aos quadros permanentes, o que provocou um grande descontentamento junto dos oficiais de carreira, que se sentiram desprestigiados pela medida. Este regime especial de acesso tinha sido criado em Julho de 1973 e permitia que os oficiais milicianos pudessem passar ao quadro permanente mediante a frequência de um curso intensivo na Academia Militar, durante dois semestres consecutivos, seguidos de seis meses de serviço numa escola prática, o que contrastava com a formação dos oficiais da Academia que durava quatro anos. Havia ainda o problema dos novos oficiais poderem ultrapassar alguns oficiais do quadro mais antigos. O ministro tentou resolver o problema com a publicação de um decreto correctivo em Agosto desse ano, mas o mal estava feito. O problema do prestígio profissional começou a ser levantado pelos oficiais de carreira que sentiram o seu estatuto em causa, principalmente os oficiais subalternos que eram os mais atingidos pela concorrência¹. A partir daí, assistimos a uma crescente mobilização destes oficiais que pretendem que os polémicos decretos sejam revogados. A contestação chega ao conhecimento do presidente do Conselho (primeiro-ministro) Marcello Caetano em Setembro de 1973, através de uma exposição escrita assinada por oficiais do quadro permanente em serviço na Guiné, e outras surgirão depois disso. Os alertas chegam também do próprio chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), o general Costa Gomes, que avisa Marcello Caetano para a insatisfação presente nas forças militares e para a qual é preciso dar uma resposta satisfatória. Mas Caetano recusa agir sob pressão dos contestatários, embora

acabe por ceder, contrariado, às reivindicações apresentadas revogando os diplomas e aumentando os vencimentos dos militares no final do ano². Todavia, nessa altura, o movimento já era imparável, e vai ganhar uma motivação suplementar em 1974, com a publicação do livro *Portugal e o Futuro* do general António Spínola, vice-chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (vice-CEMGFA), que proclamava a impossibilidade de uma vitória militar na guerra que se travava nas colónias portuguesas. Spínola tinha sido governador e comandante militar da Guiné e estava convencido de que era impossível qualquer solução militar para o conflito que se arrastava em África e que a única solução seria criar uma federação entre Portugal e as colónias, passando os territórios africanos a ser também estados dentro desse novo esquema organizativo³. Marcello Caetano é claramente surpreendido pelo conteúdo do livro, cuja publicação tinha sido autorizada pelo CEMGFA, Costa Gomes, e encara a obra de Spínola como um ataque à política do Governo e faz sentir isso aos dois generais. Numa reunião que tem em sua casa, em Lisboa, com os dois oficiais, a 22 de Fevereiro de 1974, chega mesmo a dizer-lhes que encara o livro como um manifesto para promover um golpe de Estado militar⁴.

Estava assim declarado o divórcio entre o chefe do Governo e os mais altos representantes das Forças Armadas. Ao sentir-se em causa devido à atitude dos dois generais, Caetano sugere ao presidente da República, Américo Thomaz, que aceite a exoneração do executivo. Como o pedido não foi aceite, ensaia a primeira de uma série de «encenações» ou fugas para a frente: um discurso, a 5 de Março, na Assembleia Nacional, de defesa intransigente do Ultramar, ou, por outras palavras, de continuação da guerra. Precisamente neste dia, o movimento dos capitães dava um passo decisivo ao reconhecer numa reunião em Cascais, perto de Lisboa, em que participaram cerca de 200 oficiais, que o grande problema de Portugal era a guerra em África, e que esta exigia uma solução política e não militar, solução essa que podia passar pela independência dos povos africanos⁵.

Em 14 de Março, Marcello tentou comprometer as Forças Armadas com a política ultramarina do Governo ao promover, na sua residência oficial, uma cerimónia com todos os oficiais generais no activo para manifestarem a sua concordância com a política governativa. Costa Gomes e António Spínola recusaram-se a comparecer e foram demitidos no dia seguinte. Estas demissões agravaram o descontentamento que existia no